

**AUTODECLARAÇÃO DE OFÍCIO/ATIVIDADE – HOTÉIS,
POUSADAS, BARES E RESTAURANTES INFORMAIS**

Para apresentação à Fundação Renova, nos termos da decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais nos autos da ação de nº [preencher]

Eu, [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [preencher], expedido por [preencher], inscrito(a) no CPF sob o nº [preencher], residente e domiciliado(a) à [preencher], CEP [preencher], na cidade de [preencher]/[sigla estado], (cf. comprovante de residência anexo), **DECLARO, sob as penas da lei** que, entre [preencher data] e [preencher data], era residente em [preencher], e exercia o ofício/a atividade de **Hoteis, Pousadas, Bares e Restaurantes informais**, desde [preencher] até novembro de 2015.

Declaro, ainda, que que **ESCOLHER ENTRE: parte da minha renda OU toda a minha renda** era obtida por meio do ofício/atividade acima declarado, o(a) qual era prestado(a) na cidade de [preencher]/[sigla estado]. A atividade era exercida durante [inserir o(s) período(s) do ano], [inserir a quantidade de dias dedicados à atividade em uma semana] por semana, consumindo cerca de [inserir as horas diárias dedicadas à atividade] horas diárias de dedicação e tendo como rotina de trabalho os seguintes afazeres: [inserir rotina de trabalho indicando as principais atividades realizadas ao longo da jornada de trabalho]. O trabalho era realizado com a utilização de [inserir os itens e equipamentos essenciais para o exercício do comércio de bar, restaurante e/ou hospedagem, por exemplo: freezers, mesas, cadeiras, balçães, fogões, número de quartos, camas, etc.], gerando um volume mensal de [inserir a média de hóspedes ou clientes] clientes atendidos e uma renda média [escolher entre: diária, semanal ou mensal] de [inserir valor em reais].

Declaro que, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão na cidade de Mariana/MG, o exercício do meu ofício/atividade ficou prejudicado, pois [inserir o motivo da paralisação, por exemplo: queda do fluxo de turistas ou clientes] impactou a procura pelo meu estabelecimento. No meu entendimento, essa situação permanece inalterada.

Por fim, declaro (a) ter ciência de que constitui crime com pena de um a cinco anos de prisão, omitir em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, com o fim de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fatos relevantes, a fim de obter vantagem ilícita mediante fraude, induzindo ou mantendo alguém em erro, conforme artigos 171 e 299 do Código Penal, me responsabilizando integralmente, inclusive perante terceiros, pela veracidade de todo o conteúdo e informações prestadas para subsidiar a celebração deste acordo, e (b) ter recebido todo o suporte jurídico necessário para assinatura da presente declaração, firmando-a de boa-fé, ciente de seus termos e de seus efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente autodeclaração.

[cidade]/[sigla estado], _____ de _____ de 2021.

Autodeclarante: _____